

A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO

THE LEARNING OF CHILDREN IN RESIDENTIAL SITUATIONS: DIAGNOSIS AND INTERVENTION

Magna Eugênia Fernandes do Rêgo¹

Kátia Gerlânia Soares Batista²

Resumo: Os problemas de aprendizagem estão se tornando tópico de diversas pesquisas no campo da aprendizagem e do desenvolvimento humano, considerando a infância como a época que requer maior investimento neste processo psicológico com vista de maiores resultados. Diante disso, o presente estudo busca analisar a frequência de crianças não-alfabetizadas a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA) de um acolhimento infantil da cidade de Mossoró/RN. Para isto, foi realizada uma pesquisa documental para levantamento de dados sobre as crianças acolhidas neste acolhimento, bem como uma pesquisa bibliográfica

1 Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Pós-graduada em Saúde Mental pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC) e mestre em Letras pela UERN, pós-graduanda em Neuropsicologia pela UNICORP, docente e coordenadora da Pós-Graduação UNICORP – Pólo Pau dos Ferros/RN

2 Graduada em Serviço social pela UFPB, Mestre em Serviço Social pela UFPB, docente do Curso de Serviço Social Do UNIFIP, Docente e Coordenadora da Pós Graduação UNICORP - Polo Cajazeiras



para estudar o processo de aprendizagem e o contexto dos problemas de aprendizagem presentes em crianças vítimas de vulnerabilidade em situação de acolhimento institucional elucidando as ferramentas possíveis para superação destas dificuldades. Além do levantamento que justifica estudos mais aprofundados sobre o tema, foi coletada uma pequena amostra da realidade de outras localidades (bibliográfica) e ao final foram apresentadas estratégias para lidar com esta realidade de forma a modificá-la, como por exemplo: reforço escolar, que já é utilizado no acolhimento investigado e parceria escola e acolhimento . Este artigo vem a ser um importante norteamento para lidar com esta problemática que vez ou outra se apresenta no campo da neuropsicologia que são as dificuldades de aprendizagem em

uma situação específica que é das crianças institucionalizadas.

Palavras chaves: Problemas de aprendizagem. Acolhimento institucional. Métodos de aprendizagem.

Abstract: Learning problems are becoming the topic of several researches in the field of learning and human development, considering childhood as the time that requires greater investment in this psychological process with a view to greater results. Therefore, this study seeks to analyze the frequency of illiterate children from the Individual Care Plan (PIA) of a childcare facility in the city of Mossoró/RN. For this, a documentary research was carried out to collect data on the children cared for in this care, as well as a bibliographical research

ch to study the learning process and the context of the learning problems present in vulnerable children in institutional care situations, elucidating the possible tools to overcome these difficulties. In addition to the survey that justifies more in-depth studies on the subject, a small sample of the reality of other locations (bibliographic) was collected and, at the end, strategies were presented to deal with this reality in order to modify it, such as: tutoring, which is already used in the researched host and school and host partnership. This article is an important guide to deal with this problem that sometimes appears in the field of neuropsychology, which are learning difficulties in a specific situation that is that of institutionalized children.

Keywords: Learning problems.

Institutional reception. Learning methods.

INTRODUÇÃO

Os problemas de aprendizagem estão presentes de forma cada vez mais frequente no contexto educacional, levando estudiosos à reflexão sobre o tema, suas causas e estratégias de intervenção. No presente estudo, será pesquisado acerca dos problemas de aprendizagem de crianças em situação de acolhimento institucional. Geralmente estas crianças são institucionalizadas em decorrência de serem vítimas de algum tipo de violação de direitos, logo, estão colocadas em situação de vulnerabilidade social, sendo conduzidas ao acolhimento como forma de proteção do estado, afastadas do

convívio familiar e comunitário.

Alguns autores realizaram estudos relacionados à esta temática, sendo eles: Andrade (2011); Bastos (2015); Oliveira (2016) entre outros. Eles apontam algumas possíveis causas para os problemas de aprendizagem em seus contextos investigados, figurando entre elas: infrequência escolar, violência e presença de transtornos orgânicos. Nesta premissa, compreende-se que há uma maior incidência de problemas de aprendizagem em crianças abrigadas por estarem ela em situação de vulnerabilidade em relação a outras e por estarem também vivenciando um afastamento de seu núcleo social.

Diante do que se pretende discutir, este tema possui fundamental importância para a política da educação e do desenvolvimento social, haja vista

que são as envolvidas no grupo em estudo, bem como para o desenvolvimento de estratégias a serem desenvolvidas pela escola e instituições de acolhimento em prol do desenvolvimento e aprendizagem destas crianças que, para terem seus direitos garantidos não devem somente ser institucionalizadas, à salvo da violência ocasionada em seu locus de origem, mas também, na medida protetiva, devem ter seus direitos resguardados, sendo um dos mais importantes a educação que deve ser promovida não só em seu acesso como também em sua efetividade.

O presente projeto encontra-se ancorado na perspectiva da pesquisadora a partir de sua vivência de trabalho em acolhimento, despertando a curiosidade acerca dos problemas de aprendizagem em crianças aco-

lhidas, tendo em vista que é uma realidade presente em seu convívio e que pode estar presente em outros ambientes similares. Esta pesquisa tem importância, porque além da detecção do problema, busca fornecer ferramentas para superação dele através de estratégias que estes ambientes podem estar desenvolvendo junto a estas crianças vítimas de vulnerabilidades para que possam superar tal problemática.

Sendo assim, objetiva-se com este artigo: Analisar a frequência de crianças institucionalizadas com problemas de aprendizagem a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA), para tanto, foram levantadas informações acerca da aprendizagem de crianças recém acolhidas em uma instituição de acolhimento infantil do município de Mossoró/RN; com a pesquisa

buscou-se elucidar a possível origem dos problemas de aprendizagem de crianças em acolhimento bem como demonstrar, a partir de pesquisa bibliográfica, formas de atuação nos problemas de aprendizagem para serem utilizadas nos acolhimentos.

A conjuntura social aponta que estas crianças, em sua maioria convivem em ambientes vulneráveis e com situação econômica precária, algumas delas em contexto de negligência sequer frequente a escola, e isso gera sequelas quando chegam ao acolhimento e precisam ser inseridas em uma rotina que inclui, entre outras coisas, a educação, gerando muitas vezes distorção idade-série, etc.

Teoricamente este estudo irá gerar um aparato de conhecimento que conduzirá à prática da resolução de proble-

mas relacionados à aprendizagem de crianças acolhidas, fornecendo através dele ferramentas e estratégias que auxiliem as instituições a promoverem estas crianças, desbloqueando suas dificuldades e possibilitando seu desenvolvimento em fase tão importante que é a infância.

Deste modo, será realizada uma pesquisa documental buscando levantar dados junto a uma instituição de acolhimento infantil da cidade de Mossoró sobre a presença de problemas de aprendizagem em crianças acolhidas e uma pesquisa bibliográfica buscando constatar a presença desta problemática em outras localidades, bem como buscar estratégias de intervenção para que o acolhimento e a escola possam utilizar em busca da promoção da aprendizagem destas crianças.

O trabalho está organizado da seguinte forma: a introdução (esta que vos fala), o desenvolvimento, subdividido em três subcapítulos, a saber: “Problemas de aprendizagem”, “Problemas de aprendizagem em crianças institucionalizadas” e “Estratégias de intervenção para crianças institucionalizadas”. A seguir, tem-se a metodologia, o capítulo da análise e discussão dos resultados e a conclusão. Fechando o artigo, tem-se as referências utilizadas, e os anexos.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção serão discutidos os seguintes capítulos: Problemas de aprendizagem, Problemas de aprendizagem em crianças institucionalizadas e Estratégias de intervenção para



crianças institucionalizadas.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Para abordar a problemática dos problemas de aprendizagem, convém antes definir o que é aprendizagem. Recorrendo à definição de aprendizagem segundo o behaviorismo como sendo uma mudança de atitude/comportamento e aquisição de novo repertório de hábitos, compreende-se que para que a criança esteja em constante aprendizagem formal ela precisa ser estimulada desde os primeiros dias de vida, assim, não haverá tanto sofrimento com uma mudança brusca já que os conteúdos serão aprendidos gradativamente. Deste modo, a aprendizagem pode ser considerada: global, contínua, gradativa, entre outras caracte-

rísticas (BARROS, 1995).

Observando isso, compreende-se que a aprendizagem é um processo que ocorre do nascimento até a morte, e pressupõe a mudança de comportamento pela aquisição de um conceito novo, é necessário compreender ainda que há diferentes formas de aprender, diversos teóricos ao longo da história desenvolveram seus conceitos sobre aprendizagem e são considerados até os dias atuais a partir de cada contexto, como por exemplo: Skinner, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, entre outros.

Acerca da aprendizagem, pode ser que alguns problemas de aprendizagem possam interferir em seu processo trazendo danos. Acerca deles, podemos subdividi-los em transtornos de aprendizagem, que são aqueles mais específicos, em alguns ca-

tos orgânicos, como: dislexia, disgrafia e discalculia, temos problemas de aprendizagem com fundo social tendo por trás delas: infrequência escolar, violência, bullying, entre outros, e além destes, temos os transtornos que podem ocasionar dificuldades de aprendizagem, podendo englobar nestes a síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Mental, Deficiência Intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros.

De acordo com Navarro e Pedrosa (s.d.) os problemas de aprendizagem atingem cerca de dez por cento das crianças em idade escolar, podendo ser detectados a partir dos cinco anos de idade podendo gerar consequências não só no seu rendimento escolar como também no relacionamento interpessoal. Os autores

explicam que estas crianças possuem nível normal de inteligência, porém, há algo que bloqueia a aprendizagem delas na captação ou processamento das informações, podendo este bloqueio ter origem física ou psicológica.

Os problemas de aprendizagem subdividem-se em dois grupos: transtornos e dificuldades de aprendizagem. Os transtornos, de acordo com Silva (2018) subdividem-se em transtornos de leitura, expressão escrita e matemática. Fletcher (et al, 2009) por sua vez, subdivide os transtornos da leitura em: reconhecimento de palavras, fluência e compreensão, incluindo ainda no grupo os transtornos da matemática e da expressão escrita.

Com relação às dificuldades de aprendizagem, Silva (2018) divide-as em duas cate-

gorias: a primeira inclui as naturais, evolutivas e de percurso e a segunda inclui as secundárias e outras patologias. O primeiro grupo aborda as dificuldades no desenvolvimento decorrente de dificuldades de acompanhar o ritmo da escola, baixa frequência, problemas familiares, entre outros, não classificados como transtornos. Por sua vez, o segundo grupo inclui problemas de aprendizagem decorrentes de alteração das funções sensoriais, seja por doença crônica, deficiência, quadros neurológicos ou decorrentes de outros problemas que interferem na aprendizagem. Segundo o autor, as dificuldades de aprendizagem “[...] caracterizam-se por serem um conjunto de sinais que provocam uma série de perturbações no aprender da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção

do conhecimento (SILVA, 2018, p.125).

Navarro e Pedrosa (s.d.) já subdividem os problemas de aprendizagem como geral e específicas, o primeiro grupo compreende:

[...] produtos estruturais e superestruturais, econômicos e sociais, políticos e culturais, que geram uma organização familiar diversificada, devido a existência das classes sociais em sua estratificação, dando, como resultado, crianças com problemas de abandono familiar, desnutrição, alienação, exploração, doenças, inadaptação escolar e outros, que

desembocam em falta de afetividade, angústia, ansiedade, egocentrismo, fadiga, melancolia, preguiça, perversidade, acanhamento, etc (NAVARRO; PEDROSA, s.d., p.143).

Os autores classificam como problemas específicos aqueles que comumente são chamados de transtornos de aprendizagem, incluindo: deficiências psicofisiológicas e físicas, afasia, agnosia, cegueira, dislexia, discalculia, disgrafia, dislalia, disfonia, disortografia, miopia, mongolismo, surdez, gagueira, mau-estar físico, entre outros. Logo, as dificuldades na aprendizagem vão ser decorrentes de origem genética ou adquirida, requerendo tratamento adequado

para superação dos problemas e consequente desenvolvimento e aprendizagem, requerendo uma equipe maior.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Antes de englobar o universo das crianças institucionalizadas, convém explicar como está subdividida a política de Assistência Social, afim de compreender como se dá a institucionalização de crianças.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), os serviços socioassistenciais dividem-se em três grupos básicos: serviços da proteção básica, onde se concentram, por exemplo, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), neste grupo es-

tão inclusos instituições e serviços que trabalham dentro das comunidades, onde os vínculos familiares ainda estão estabelecidos, promovendo atividades de prevenção da ocorrência de vulnerabilidades em espaços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Quando os vínculos familiares e comunitários são fragilizados pela ocorrência de alguma violação de direitos, é a vez do segundo grupo, este que faz parte do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, onde a atuação mais frequente é a do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ele tem uma metodologia semelhante à do CRAS, ofertando serviços como o Serviço de Proteção e

Atendimento Especializado à Família (PAEFI), que irá trabalhar de modo a promover os usuários vítimas de violência para que possam estreitar os vínculos e superar as violações sofridas (BRASIL, 2013).

Ainda na proteção social especial, temos o terceiro grupo, que é o objeto de estudo da presente pesquisa. Trata-se da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Este é acionado em últimos casos, quando os usuários tem os vínculos familiares e/ou comunitários rompidos e precisam recorrer a um espaço que irá trabalhar na restituição destes vínculos. Aqui se encontram, entre outras instituições, o serviço de acolhimento institucional (BRASIL, 2013).

No tocante ao acolhimento para crianças e adolescentes, a tipificação nacional descre-

ve da seguinte forma:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico,

da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 2013, p. 44).

É importante pontuar ainda que grupos de irmãos acolhidos devem ser atendidos na mesma unidade e o acolhimento é uma medida provisória, devendo ser trabalhado em juízo no menor tempo possível o retorno da criança para sua família de origem, seja ela a nuclear ou a extensa, e caso se esgotem as possibilidades de reintegração, a criança deverá ser colocada em família substituta (BRASIL, 2013).

O acolhimento institucional que irá compor o lócus do estudo é um acolhimento para crianças. De acordo com as orientações técnicas para servi-

ços de acolhimento de crianças e adolescentes (BRASIL, 2009), cada instituição deverá abrigar até vinte crianças, de ambos os sexos, devendo possuir em seu quadro funcional: coordenação, equipe técnica (composta geralmente por psicólogo e assistente social) e cuidadores.

Andrade (2011) também reflete sobre a questão do afeto como importante ferramenta de promoção de aprendizagem, sendo crucial que a criança se vincule afetivamente a alguém para que tenha sua aprendizagem preservada. A autora considera que em situações de acolhimento, esta alternativa é comprometida. Também o tempo de acolhimento, geralmente delongado, pode comprometer a aprendizagem, pelo sofrimento emocional ocasionado na criança ante a insegurança dos direcionamentos que

sua vida irá tomar. Ela reforça que, por melhor que seja a instituição, uma criança colocada em um lar saudável, possui melhores resultados.

Algumas destas crianças são colocadas em condições de abrigo vivenciando a quebra do vínculo familiar e sentindo-se culpadas por isso. Logo, a institucionalização que deveria assumir o papel de proteção, para a criança pode ser interpretada como violação e, por mais que o ambiente familiar seja violador, o desejo que elas nutrem enquanto estão no acolhimento é de voltar pra casa.

Diante disso, a autora considera que os abrigos só devem ser considerados em última instância, pois esta angústia também, assim como as violências ocasionadas no seio familiar, a situação de afastamento familiar

e comunitário bloqueia a aprendizagem das crianças e comprometem seu desenvolvimento biopsicossocial. Deve-se considerar ainda que, embora a legislação estabeleça o acolhimento como excepcional e provisório, na prática o que figura são longos anos de acolhimento tentando uma reintegração familiar frustrada que corroboram com perfis em idade avançada quando são destituídos da família e podem ir para família substituta (OLIVEIRA, 2016).

Oliveira (2016) não deixa de considerar que os problemas de aprendizagem destas crianças são oriundos do ambiente familiar violador que conviviam e isso, associado à adaptação ao novo ambiente e rotina (do acolhimento), irá agravar os problemas de aprendizagem já existentes, devendo estas insti-

tuições, enquanto promotoras dos direitos das crianças ali acolhidas, promover estratégias de promoção da aprendizagem e superação dos problemas.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

No caso dos problemas de aprendizagem geral, na perspectiva de Navarro e Pedrosa (s.d.), os autores oferecem como solução o acompanhamento psicopedagógico e educativo envolvendo o educador, a família e a comunidade. Como as crianças institucionalizadas estão naquele local provisoriamente, porém, longe de sua família e comunidade, a participação escolar é atribuída ao acolhimento, relacionando-os neste contexto como responsáveis pela criança tempo-

rariamente.

Siqueira e Dell’Aglío (2006) explicam que a visão negativa dos acolhimentos e sua interferência na aprendizagem vêm perdendo a força. Porém, para que estes sejam funcionais em relação à aprendizagem, precisam ser de pequeno porte e possuir uma estrutura de funcionários capacitada e adequada, assegurando a individualidade das crianças e a criação de vínculos que possibilitem melhor desempenho. Assim são sugeridas no estudo estratégias como: programa lúdico de atividades entre crianças e funcionários, encontros de profissionais de diferentes abrigos promovendo trocas de experiências e capacitação profissional acerca do desenvolvimento humano, práticas educativas, entre outros.

Este estudo corrobora

com a visão apresentada por Andrade (2011), voltada a estratégias de prevenção. A autora prevê que um tempo menor de acolhimento irá produzir menor dano à aprendizagem da criança, assim como a redução de crianças por cuidador, ou seja, a colocação em acolhimentos com número pequeno de crianças, favorecendo a vinculação afetiva à uma figura enquanto estão afastadas do convívio familiar.

No estudo de Oliveira (2016) os estudos apontam como estratégias de intervenção: relações estáveis, redução de eventos estressores, bom relacionamento com os pares, qualidade nos cuidados e redução no tempo de institucionalização, a utilização do lúdico como ferramenta através de jogos, brinquedos e brincadeiras educativos e culturais.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto de uma pesquisa documental e bibliográfica. Documental, pois foi realizado um estudo no Plano Individual de Atendimento (PIA) das crianças acolhidas em uma instituição de acolhimento infantil da cidade de Mossoró/RN, cuja identidade será mantida em sigilo em respeito aos aspectos éticos da pesquisa. A parte do PIA utilizada foi a dos aspectos educacionais, especificamente o item que indaga se a criança possui dificuldades de aprendizagem, como complemento, foi observado neste mesmo documento a parte do Plano de Acompanhamento Individual (PAI), no item que descreve as estratégias educacionais a serem utilizadas em cada caso, que funcionou como uma amostra das possíveis inter-

venções. Além disso, constitui ainda uma pesquisa bibliográfica, pois, a partir de uma varredura simples, serão pesquisados artigos que investiguem a mesma temática para visualizar outras realidades e estratégias de intervenção a serem aplicadas nestes casos.

Deste modo, a pesquisa citada classifica-se segundo a abordagem como mista, sendo a pesquisa documental qualiquantitativa e a pesquisa bibliográfica qualitativa. Segundo os objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois, segundo Sakamoto e Silveira (2014, p.50): “é uma modalidade de estudo que busca descrever o objeto de estudo para dar a conhecer o que se pretende pesquisar”. Assim, nesta modalidade de estudo o interesse consiste em descobrir e observar fenômenos, buscan-

do descrevê-los, classifica-los e interpretá-los. De acordo com os autores, a pesquisa descritiva é utilizada para estudos documentais, como é o caso.

Quanto à população, foram investigados os PIAs de crianças que estiveram acolhidas em uma instituição de Mossoró/RN ao longo do ano de 2020. A amostra é composta por 21 acolhidos.

Para realização da pesquisa documental, foi solicitada autorização junto à coordenação do equipamento para aplicação da pesquisa, com assinatura de termo da referida. Quanto à análise dos dados documentais, por ser apenas um item investigado, os dados serão analisados no Excel com porcentagem simples e apresentação dos dados em gráfico.

No que concerne à pes-

quisa bibliográfica, foi realizada uma varredura no google acadêmico, pesquisando artigos com objetivos similares, ao que foram encontrados. Como critérios de seleção dos artigos foram utilizados: tempo de publicação (até dez anos), palavra-chave aprendizagem e quantidade de pesquisas (no máximo dez). Filtrando por estas exigências, foram encontradas dez produções científicas, entre artigos, monografias, dissertações e teses que versavam sobre o assunto, especificamente com pesquisa de campo. Na pesquisa foram eliminadas produções de outros países, priorizando as pesquisas brasileiras, bem como aquelas anteriores à 2010.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apre-

sentados os resultados das pesquisas, bem como suas respectivas análises. Para tanto, por se tratar de uma pesquisa documental e bibliográfica, serão analisados em dois subcapítulos diferentes.

*PESQUISA DOCUMENTAL:
ACOLHIMENTO DE MOSSORÓ/RN*

Ao longo do ano de 2020 estiveram acolhidas no acolhimento institucional infan-

til de Mossoró/RN 21 crianças.

Destas, duas crianças passaram apenas um dia e, portanto, não foi elaborado o PIA delas. Seis das crianças restantes são de idade não escolar, portanto, não se encaixam nas exigências da pesquisa, sendo descartadas. Restaram assim treze crianças, cujos PIAS foram analisados. No que concerne à pergunta constante no PIA “A criança é alfabetizada?”.

Os resultados se encontram na Ilustração 1:

Ilustração 1: Demonstração gráfica do percentual de crianças alfabetizadas



(Dados da pesquisa, 2020)

A ilustração 1 demonstra que a maioria das crianças que estiveram no acolhimento ao longo de 2020 não são alfabetizadas. A frequência é de 02 crianças alfabetizadas para 11 crianças não-alfabetizadas, ou seja, 85% das crianças acolhidas ao longo de 2020 naquela unidade de acolhimento pesquisada, que consiste em acolhimento infantil, não são alfabetizadas.

Calcing e Benetti (2014) em sua pesquisa afirmam que nas crianças em acolhimento institucional é notória a distorção idade-série, que geralmente se associa às dificuldades de aprendizagem ou afastamento da escola por problemas decorrentes das vulnerabilidades sofridas que justificaram o acolhimento. Desta forma, é a escola, na dinâmica da situação das crianças acolhidas o espaço que merece atenção

dos profissionais envolvidos por ser ambiente não só de aprendizagem como também de socialização e convivência comunitária. Nesta premissa, observa-se que os responsáveis familiares, que deveriam garantir a proteção das crianças, são quem as colocam em risco, negligenciando suas necessidades e expondo-as a situações perigosas para seu desenvolvimento.

A outra questão analisada no PIA foi em relação ao PAI, que são as estratégias individuais para cada criança, baseada em suas necessidades. Observou-se que em 100% dos PIAs analisados, no tocante à educação, foi colocado a proposta de Reforço Escolar. Este reforço é um projeto desenvolvido na instituição que visa a redução dos problemas de aprendizagem destas crianças, sendo propiciado pelos cuidado-

res, no horário do contraturno escolar, servindo ainda para auxiliar na resolução das tarefas de casa. Ao longo do ano 2020, este projeto foi de suma importância, tendo em vista que na maior parte do ano letivo a escola funcionou de maneira remota.

Deste modo, concebe-se a importância de se estabelecer uma rotina na convivência da instituição de acolhimento que possa favorecer a superação de algumas dificuldades oriundas do período anterior ao acolhimento, entre elas as dificuldades escolares e de aprendizagem. A rotina de atividades na instituição geralmente é elaborada pela equipe técnica, composta por psicólogo, assistente social e, em alguns casos, pedagogo, em conjunto com os cuidadores. Desta forma, determinam-se horários para recreação, televisão, estu-

do, organização dos pertences pessoais, higiene e descanso. No tocante ao estudo, é mister elaborar estratégias atrativas para este momento, haja vista que, na maioria dos casos, os acolhidos se sentem desmotivados para esta atividade (FERREIRA, 2017).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: RECORTE NACIONAL

A escolarização das crianças representa o primeiro contato social delas fora do ambiente familiar, elas passam a vivenciar novos estímulos e desenvolver novas habilidades, inclusive a convivência e habilidades sociais, ampliando suas funções biopsicossociais. Na situação de acolhimento ocorre uma ruptura da convivência familiar e comunitária e a criança passa a dividir o espaço com

outras, passando a ter uma rotina regrada e atividades distintas, na maior parte das vezes, das que estavam acostumadas em suas famílias. As crianças de acolhimento são crianças vítimas de vulnerabilidades e o perfil compreende geralmente contextos de famílias disfuncionais que ocasionaram o acolhimento por meio de alguma violação de direitos como: negligência, violência, abandono, pais em situação de drogadição, entre outros. Este perfil abrange uma questão social muito importante de ser discutida que são as dificuldades de aprendizagem. Diante disso, a presente pesquisa bibliográfica pretende observar a realidade do país em relação ao acolhimento institucional no tocante à aprendizagem dos acolhidos.

Na pesquisa bibliográfica foram encontrados alguns

resultados de realidades diversas no país que corroboraram com os resultados encontrados na pesquisa documental. No total, foram selecionados oito artigos, frutos de pesquisa de campo, de diversas cidades brasileiras, como: Santa Maria (RS), João Pessoa (PB), São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte e Uberlândia (MG).

O artigo de Sousa e Paravidini (2011) traz um estudo de caso sobre uma adolescente de 13 anos com o pseudônimo Maria, onde a madrinha (apadrinhamento afetivo) relata que os prejuízos de aprendizagem desta, entre outras situações, ressaltando que a jovem tem sérios comprometimentos na área escolar, não sabendo ler e escreve por meio de cópias.

Andrade (2011) em sua pesquisa encontrou que as crian-

ças e adolescentes de acolhimentos institucionais apresentam problemas na aprendizagem da escrita e são, em sua maioria, não-alfabetizados, pois não conseguem ler ou escrever um bilhete simples. Ele associa estes problemas de aprendizagem entre outras variáveis, à insegurança emocional e material que é ocasionada pela ausência de familiares ou de um ambiente estimulador, visto que as instituições, conforme a opinião do autor, não proporcionam a construção de laços afetivos de modo a contribuir para um bom funcionamento intelectual.

Em uma pesquisa realizada em Santa Maria (RS) acerca de crianças com deficiência institucionalizadas, os autores chamam a atenção para um agravante que é a distorção idade-série (FREITAS; TEIXEIRA; RECH,

2016). Campos e Araújo (2018), por sua vez, em pesquisa realizada em Belo Horizonte (MG) percebem uma estigmatização que se torna ainda mais acentuada quando a criança com deficiência é uma criança de acolhimento institucional, gerando uma visão negativa que é prejudicial ao desenvolvimento psicossocial destas pessoas.

Martins (2020) em sua pesquisa também constatou que há uma grande defasagem idade-série quando as crianças chegam à instituição de acolhimento, que pode ser ancorada em sucessivas interrupções e reprovações, que conduzem a criança a uma desmotivação pela dinâmica de funcionamento da escola, já que não conseguem acompanhá-la.

Fonseca (2017) realizou uma pesquisa com adolescentes acolhidos em João Pessoa (PB) e

constatou que a vivência precoce e prolongada que acarreta algumas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento podem potencializar o baixo rendimento escolar, ocasionando dificuldades não só na aprendizagem como também nas relações interpessoais, influenciando o declínio da motivação para aprender e a perspectiva de futuro.

Já Ferreira (2017) traz um estudo de caso onde ele encontrou que os múltiplos fatores e eventos estressantes vivenciados por crianças e adolescentes de instituições de acolhimento podem afetar a saúde mental destes, bem como, corroborar com as dificuldades de aprendizagem e até na progressão escolar. Porém, ele não culpabiliza apenas a instituição, pois, constatou que a história pregressa do acolhido como: baixa escolaridade dos

pais e familiares, família numerosa, envolvimento com drogas, negligência e baixas condições econômicas também contribuem com este déficit intelectual.

Nas pesquisas encontradas, observa-se um déficit no tocante à aprendizagem das crianças que impacta negativamente no seu futuro. De acordo com Bastos (2015) os acolhidos já são vítimas da violência estrutural e chegam nas escolas com um histórico de sofrimento e abandono e são vitimizadas novamente pelas rotulações nas escolas que frequentam como os “meninos do acolhimento”.

Algumas pesquisas se voltaram para o público de crianças e adolescentes com deficiência em situação de acolhimento, como é o caso de Freitas, Teixeira e Rech (2016), os autores mencionam que as instituições

de acolhimento que recebem este perfil devem trabalhar a inclusão delas não só na escola como na instituição. O que se observou nesta pesquisa foi que os professores passavam atividades descontextualizadas que não promovia novas aprendizagens, e isso corrobora para a desmotivação do aluno e a sensação de não-pertencimento que acaba em evasão escolar. Logo, a formação de professores para atender a este público que é ainda mais crítico, é de fundamental importância.

Foi estendida a pesquisa bibliográfica ainda para experiências exitosas e estratégias de intervenção para superação das dificuldades e problemas de aprendizagem desta população. Bastos (2015) sugere que para o rompimento com o ambiente excludente na educação se faz necessário investir na formação de

professores, pois eles têm o poder de proporcionar um ambiente saudável para que a criança de acolhimento possa ter sucesso escolar e social.

A escola deve ter a percepção de que o aluno não é só o cognitivo, suas emoções vão influenciar o aprendizado, e contribuir para aceitação ou rejeição de algo ou alguém. Compreender o comportamento do aluno na escola, é relevante para que haja uma aproximação da escola com o aluno, pois toda consequência tem uma causa que precisa ser investigada (SILVA, 2019, p.56)

Os autores acima evidenciados colocam a importância das escolas e profissionais envolvidos desenvolverem uma estratégia para trabalhar este público que encontra-se em uma situação diferenciada das demais crianças e são, portanto, merecedores de uma educação inclusiva. Entretanto, para que possam realizar este trabalho elas precisam de informação sobre o que é e como funciona o acolhimento institucional, pois muitas vezes o preconceito e inadequação das práticas educativas são gerados pela falta de informações. Freitas, Teixeira e Rech (2016) sugerem que o acolhimento deve manter canais de comunicação permanentes com as escolas para possibilitar o acompanhamento do desempenho escolar dos acolhidos e amparar a escola em estratégias inclusivas para estes alunos.

Campos e Araújo (2018)

trazem estratégias das instituições. Nas instituições pesquisadas pelos autores encontraram a inserção dos colhidos em atividades externas como recreação, reforço escolar, práticas de esportes e artísticas. Estas atividades propiciam a melhora no desenvolvimento motor, sensorial, relações interpessoais e auxiliam ainda na aprendizagem e perspectivas futuras. Nesta mesma pesquisa, os autores apontam o formato de acompanhamento escolar dos acolhidos onde sugeriram aulas de reforço propiciadas por voluntários ou pelos próprios funcionários, assim como, uma das instituições oferece apoio de pedagogo e terapeuta ocupacional.

Calcing e Benetti (2014)

em sua pesquisa afirmam que, embora as instituições ofereçam

uma rotina adequada, um espaço organizado e uma situação diferente da que era oferecida antes do acolhimento, não consegue suprir as demandas emocionais das crianças que se encontram em um impasse em relação ao seu futuro. Estas necessidades emocionais também precisam ser supridas em prol de uma aprendizagem satisfatória. Deste modo, os autores sugerem o investimento na equipe técnica para que elas possam acolher cada indivíduo respeitando suas singularidades, observando suas necessidades e realizando um trabalho de prevenção e intervenção também em saúde mental, pois há uma grande incidência de sofrimento psíquico neste público associado às suas histórias de vida.

Diante disso, foi observado em alguns artigos a importância do psicólogo do acolhi-

mento neste processo, e assim, a importância da presença deste profissional no equipamento, o que não ocorre em todos os casos. Estes profissionais são responsáveis por conduzir atividades, acompanhamentos familiares e dos funcionários do equipamento para perceber e intervir na saúde mental dos acolhidos (SILVA, et al, 2015; MOREIRA; PAIVA, 2015).

Em relação à Neuropsicologia, é uma ciência xxxx. Para os casos apresentados é mister que os acolhimentos desenvolvam uma parceria com um profissional da área, que irá auxiliar no diagnóstico, prevenção e superação das dificuldades apresentadas por estas crianças, já que é um profissional que trabalha tanto na detecção como na reabilitação. Deste modo, faz-se necessário que os acolhimentos



possam ter em seu quadro funcional, ou mesmo um profissional externo que possua esta formação, servindo como ponte na superação do problema que irá auxiliar os profissionais do acolhimento, que são responsáveis pela criança que foi retirada do convívio familiar, bem como irá auxiliar a escola a lidar com esta situação específica. Este trabalho servirá ainda como prevenção de danos futuros, promovendo autonomia e aprendizagem para as crianças e retirando-as da situação de fracasso escolar que tem acometido alguns adolescentes que são institucionalizados.

[...] para que o adolescente se sobressaia neste período turbulento, é fundamental o apoio de profissionais adequados, que compreendam as su-

cessivas violações de direitos acometidos antes do acolhimento, as marcas que ficaram em suas vidas e o desejo de ter um futuro melhor. Ademais, é fundamental que os adolescentes saibam desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, ajudando-os a serem cidadãos (FONSECA, 2017, p.193)

Mais uma vez, compreende-se a importância da parceria multiprofissional para a superação não só dos entraves educacionais das crianças institucionalizadas, como também os entraves sociais. Miranda e Rodrigues (2014) chamam a atenção

para o fato de que as dificuldades de aprendizagem também podem estar relacionadas a fatores emocionais e aspectos culturais e deve-se pensar nestes aspectos para a construção de um plano de acompanhamento que venha a sanar esta problemática.

CONCLUSÃO

A pesquisa apontou que as dificuldades de aprendizagem configuram uma das grandes problemáticas presentes nos acolhimentos institucionais, sendo que muitas crianças adentram no acolhimento não-alfabetizadas, como o caso da instituição da pesquisa documental, aonde 85% das crianças que estiveram acolhidas no ano de 2020 não eram alfabetizadas. Além disso, persistem problemáticas como distorção idade-série e histórico

de evasão escolar.

Assim, é ímpar considerar que, em situação de acolhimento institucional alguns fatores podem favorecer a superação das dificuldades de aprendizagem e outros podem agravar. Fatores positivos podem ser citados como: frequência escolar, cumprimento de atividades intra e extra-classe, reforço escolar na unidade de acolhimento, encaminhamento para outros profissionais especializados, elaboração de uma rotina, entre outros. Por outro lado, tem-se os fatores negativos, sendo eles: situação de exclusão das crianças institucionalizadas, distorção idade-série e ausência de motivação para o estudo, bem como o déficit afetivo e instabilidade emocional por não saberem quanto ao futuro.

Sabe-se que os aspectos afetivos apresentam um impor-

tante papel no desenvolvimento humano e, conseqüentemente na aprendizagem, para tanto, deve existir um ambiente que favoreça esta aprendizagem, que inspire confiança, respeito mútuo e valorização da criança. Como a maioria das crianças chegam ao acolhimento vítimas de vulnerabilidade e negligência, em alguns casos elas recebem esta atenção aos seus direitos no acolhimento, porque não possuíam em casa, porém, deve-se levar o tempo em que esta criança permaneceu imerso em determinada cultura o que gera uma dificuldade de se adaptar a uma nova realidade.

A origem dos problemas de aprendizagem destas crianças é diversificada, podendo ser por condições genéticas, sócio-culturais, onde o ambiente onde estavam inseridos possuía adultos com baixa-escolaridade ou que

não incentivavam a frequência escolar, distorção idade-série, que desestimula as crianças e muitas vezes é ocasionado pelo sistema de ensino onde, conforme as diretrizes nacionais não ocorre reprovação até o terceiro ano do ensino fundamental menor e as crianças vão avançando nas séries sem acompanhar o ritmo dos colegas e assim por diante.

Diante disso, as pesquisas documental e bibliográfica elucidaram alguns caminhos para superação das dificuldades de aprendizagem, que são: reforço escolar (oportunizado no acolhimento investigado), boa comunicação entre a escola e o acolhimento, encaminhamento para outros profissionais especializados para diagnóstico e intervenção frente aos problemas de aprendizagem, estabelecimento

de uma rotina que favoreça o estudo, entre outros. Deve-se levar em consideração que as condições de aprendizagem devem ser avaliadas observando a individualidade e particularidade de cada criança. Por isso, é tão importante o desenvolvimento de um bom PIA e PAI.

Este artigo é o pontapé inicial para o desenvolvimento de novos estudos, com vistas à pesquisa de campo, aprofundando o debate e gerando reflexões aos profissionais envolvidos que são os da educação e do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Siqueira. Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. Revista Psicopedagogia. v.28, n.87, p.219-225, 2011.

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATOS, Pammela Makarowits. Educador social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. Revista mal-estar e subjetividade. Fortaleza, v. 12, n. 1, p.265-292, 2012.

BASTOS, Jéssica Oliveira. Dificuldades no processo de escolarização de crianças e adolescentes acolhidos em instituições: questões que envolvem a relação entre aluno e professor. Trabalho final de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Ministério do Desenvolvimento Social

- e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.
- BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2013.
- CALCING, Jordana; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, Portalegre, v. 45, n.4, p.559-567, 2014.
- CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro; ARAÚJO, Naim Rodrigues de. Situação educacional de crianças e jovens com deficiência em acolhimento institucional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 17, p.1148-1166, 2018.
- FERREIRA, Jéssica Almeida Marques. Acolhimento institucional e as dificuldades de aprendizagem. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2017.
- FLECHTER, Jack M. et al. Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Patrícia Nunes. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*. v.84, n.105, p.285-296, 2017.
- FREITAS, Soraia Napoleão; TEIXEIRA, Carolina Terribile; RECH, Andreia Jaqueline De-

valle. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. Revista Íbero-Americana de Estudos em Educação, v.11, n.4, p.2104-2124, 2016.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. Vivências de infâncias: crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in) visibilizadas no contexto de educação escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

MIRANDA, Arlete Bertoldo; RODRIGUES, Janaína. Aprendizagem e desenvolvimento: adolescente em situação de abrigamento. Ensino em Re-Vista, v. 21, n.1, p.13-25, 2014.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; PAIVA, Ilana Lemos. Atuação do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Psicologia em estudo, Maringá, v.20, n.3, p.507-517, 2015.

NAVARRO, Adriana de Almeida; PEDROSA, Julio Cesar da Assunção. (Trad. e Adap.). Guia de Ação Docente. São Paulo: Grupo Cultural, s.d.

OLIVEIRA, Maria Helena de. A infância institucionalizada e as dificuldades de aprendizagem. Psicologado (2016). Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-infancia-institucionalizada-e-as-dificuldades-de-aprendizagem-uma-revisao-de-literatura> acesso em 26 Jan. 2020.

- SILVA, Christie Dinon Lourenço da. (et al.). A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Pesquisas e práticas psicossociais. São João Del-Rei v. 10, n.1, p. 55-65, 2015.
- SILVA, Edilene Firmino da. Sentidos da escola pública para adolescentes em acolhimento institucional: tecendo relatos das experiências escolares. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.
- SILVA, Geraldo Lemos. Problemas de aprendizagem: dificuldades ou transtornos? In: PORTELA, Luciana Queiroz Bem; RABELO, Cleison Luis. Psicope-
- dagogia clínica e institucional: a formação do psicopedagogo. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.
- SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. Psicologia e Sociedade, v. 18, n.1, p.71-80, 2006.
- SOUSA, Karollyne Kerol; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Psicologia Ciência e Profissão, v. 31, n.3, p.536-553, 2011.